



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS  
Diretoria de Regulação

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2026.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
DELIBERAÇÃO ARTEMIG Nº 15, de 05 de fevereiro de 2026

A Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 25.235, de 8 de maio de 2025, fundamentada no documento Relatório e Voto 02/2026 - ARTEMIG/DREG (132572174), e no que consta no Processo SEI nº 1300.01.0007890/2023-98, **DELIBERA** por:

Art. 1º - **RECOMENDAR** ao Poder Concedente a celebração do **4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2018**, a fim de suspender o pagamento da outorga pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, em razão do reconhecimento de mérito e valor previsto na Cláusula Segunda, período durante o qual deverá ocorrer nova revisão extraordinária, nos termos da Cláusula Terceira, para análise quanto à incorporação dos investimentos no **Contrato de Concessão SETOP 004/2018 e no Programa de Exploração da Rodovia – PER**.

Art. 2º - **DETERMINAR** à área competente que promova as competentes ações para encaminhar ao Poder Concedente proposta de aditamento contratual, devidamente instruída, bem como o acompanhamento regulatório da proposta até a sua eficácia.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, data da assinatura digital.

**BRENO LONGOBUCCO**  
Diretor-Geral

**ISABELA CRISTINA DINIZ BARUFFI**  
Diretora de Infraestrutura e Operação Rodoviária

**CARLOS ROBERTO ALVISI JUNIOR**  
Diretor de Regulação



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Alvisi Junior, Diretor**, em 05/02/2026, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Cristina Diniz Baruffi, Diretora**, em 05/02/2026, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Longobucco, Diretor-Geral**, em 05/02/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **132714788** e o código CRC **821F2662**.

Superintendência de Fiscalização

PORTARIA SUFIS Nº 427, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera a Portaria SUFIS nº 405, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o credenciamento de prestador de serviço de transporte rodoviário público de passageiros autorizados a adquirir produto resultante da mistura de óleo diesel “A” com biodiesel, em operação interna, promovida por distribuidor de combustíveis credenciado, com abatimento do preço do produto equivalente ao valor do crédito presumido de que trata o Item 36 da Parte 1 do Anexo IV e nos termos do Capítulo LXIII do Anexo VIII, todos do RICMS/MG (Decreto nº 48.589/2023).

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea “a” do inciso III do art. 447 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS,

**RESOLVE:**

Art. 1º – O item 146 do Anexo Único da Portaria SUFIS nº 405, de 31 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
146	VIAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA	21.574.355	533.333	01/11/2025	30/04/2026
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 05 de fevereiro de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

CARLOS RENATO MACHADO CONFAR

Superintendente de Fiscalização

05 2176765 - 1

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA, nos termos do § 1º, inciso II, do art. 1º, da Lei Delegada nº 176, de 26/1/2007, com redação dada pelo artigo 1º da Lei Delegada nº 183, de 26/1/2011, do servidor:

Masp 7529423, Pedro Vinicius Campos, pela remuneração do cargo efetivo de EPPGG, código EPPGG, símbolo EPPGG3, nível III, grau “A”, acrescida de 50% da remuneração do cargo em comissão de Assessor Especial, código AS-4, símbolo F9 grau “A”, FA18, a partir de 04/02/2026, data do protocolo do requerimento.

Carlos Andre Maia Coelho

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA, nos termos do § 1º, inciso II, do art. 1º, da Lei Delegada nº 176, de 26/1/2007, com redação dada pelo artigo 1º da Lei Delegada nº 183, de 26/1/2011, do servidor:

Masp 6688899, JAIRO BARRETO MANSUR, pela remuneração do cargo efetivo de GEFAZ, código GEFAZ, símbolo GEFAZ2, nível II, grau “D”, acrescida de 50% da remuneração do cargo em comissão de COORDENADOR, código CH-25, símbolo F4 grau “A”, FA32, a partir de 02/02/2026, data do protocolo do requerimento.

Carlos Andre Maia Coelho

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

05 2176901 - 1

Superintendências Regionais da Fazenda - SRF

SRF I - Ipatinga

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA FAZENDA/  
IPATINGA/ ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA 2º NÍVEL  
IPATINGA COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Nos termos do artigo 10, § 1º do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, por estar em local ignorado, incerto, inacessível ou ausente do território do Estado e não sendo possível a intimação por via postal e com a finalidade de procedermos à cobrança administrativa prevista na Resolução nº 5209 de 17/12/2018, ficam os sujeitos passivos responsáveis abaixo identificados intimados a promoverem o pagamento ou parcelamento do crédito tributário constituído mediante os PTAs a seguir relacionados, nos termos da legislação vigente. A falta de pagamento/ parcelamento implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial/ extrajudicial. Esclarecimentos adicionais, se necessários, poderão ser obtidos na Administração Fazendária localizada na Av. Vinte e Oito de Abril, nº 630/640 – Centro - Ipatinga/ MG.

PTA Nº: 05.000311959-63

Sujeito Passivo: JOSELITA OLIVEIRA DOS SANTOS

CPF: 426.250.765-34

Endereço: Rua Cento e trinta e um, 261 – Santa maria – Timoteo - MG – CEP 35180-142

Sujeito Passivo: J.O. DOS SANTOS

IE: 002953304.00-17

Endereço: Al. Trinta e um de outubro, 400 – sala 224 – Centro - Timoteo - MG – CEP 35180-014

Ipatinga, 05 de fevereiro de 2026

Marli Ferreira da Silveira Schuwarten

Masp. 669799-9

Chefe da AF/ 2º Nível - Ipatinga

05 2176767 - 1

SRF I - Juiz de Fora

SRF I / JUIZ DE FORA  
DF/ 1º NÍVEL/JUIZ DE FORA-2  
TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos que, nos termos do art. 55, § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, com redação dada pelo art. 5º e vigência estabelecida no art. 18, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 25.378, de 23 de julho de 2025, o lançamento concernente ao e-PTA em referência foi alterado por esta Delegacia Fiscal, para ajustar o valor da multa isolada ao novo limite de 50% do valor do imposto incidente na operação ou prestação, em decorrência da retroatividade dos efeitos de "lei mais benéfica", nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c” do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

As modificações resultaram em uma redução no valor total da multa isolada lançada e os documentos que demonstram as modificações realizadas no lançamento foram incluídos no e-PTA. Ressaltamos que esta cientificação NÃO implica na reabertura de prazo para aditamento da impugnação ou pagamento, devendo o crédito tributário seguir seu curso normal de tramitação administrativa.

Persistindo ainda alguma dúvida, acesse o canal Fale Conosco/ Assunto/ICMS - PTA ELETRÔNICO > (e-PTA), endereçohttp://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendeweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtml

e-PTA Nº: 01.003535802-69

Sujeito Passivo: RODRIGO RODRIGUES SINGULANI

CPF: 867.074.266-72

Endereço: RUA EDMUNDO GERMANO, 65, CENTRO, MURIAE- MG

Juiz de Fora, 05 de fevereiro de 2026.

Rosária Maria Silveira

Delegada Fiscal

DF/1º Nível/Juiz de Fora-2

05 2176771 - 1

SRF II - Varginha

SRF II VARGINHA  
DELEGACIA FISCAL/2º NÍVEL/POUSO ALEGRE  
TERMO DE INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 69, inciso I, c/c art. 10, § 1º, ambos do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, fica o contribuinte abaixo INTIMADO do Auto de Início de Ação Fiscal – AIAF Nº 10.000055434.33, tendente a apurar a verificação de obrigações tributárias principal e acessória, inclusive escrituração contábil, previstas na legislação tributária e societária vigente.

Nos termos do art. 70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 01/01/2023 a 31/12/2023. O objeto da auditoria é a verificação fiscal das obrigações principal e acessórias, relativas aos débitos de ICMS, levantados através do cruzamento de cartões de débito e crédito.

A ação fiscal em curso tem por base a fiscalização da empresa ANNA LUCIA MAZZAFRA, inscrição estadual 003.999849.00-06, que se encontra baixada desde 29/05/2025.

Fica o sujeito passivo abaixo, intimado a apresentar na sede da Delegacia Fiscal de Pouso Alegre, endereço Av. João Beraldo, nº 986 em Pouso Alegre/MG, no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar desta publicação, Planilha de Detalhamento de Vendas das operações realizadas pelo mencionado contribuinte referente ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Sujeito Passivo: Anna Lucia Mazzafra

Identificação: 041.320.548-70

Endereço: Rua Coronel João Vieira, 65 Bairro: Centro - Gonçalves/ MG- Cep: 37.680-000

Pouso Alegre, 05 de fevereiro de 2026.

Carlos Eduardo Lima Ferreira

Delegado Fiscal / DF Pouso Alegre

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA VARGINHA  
DELEGACIA FISCAL - 2º NÍVEL/EXTREMA  
TERMO DE REFORMULAÇÃO/INTIMAÇÃO DO PTA

Comunicamos ao sujeito passivo que a peça fiscal em referência foi reformulada pelo Fisco. Assim, fica o mesmo intimado a ter vista dos autos e/ou a promover, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta publicação, nos termos da legislação vigente, o pagamento/ parcelamento do respectivo crédito tributário, ou mesmo, se for o caso, a aditar a impugnação anteriormente apresentada. A revela ou falta de pagamento/ parcelamento, no przao citado, bem como a decisão irrecorrível no CC/MG favorável a Fazenda Pública Estadual, implica o encaminhamento do e-PTA para inscrição em dívida ativa e execução judicial. Por se tratar de Processo Tributário Eletrônico (e-PTA), na hipótese de impugnanção ou aditamento, a mesma deverá ser apresentada em formato digital, através do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual – SIARE, disponível no endereço eletrônico da SEF/MG- www.fazenda.mg.gov.br – ou no endereço eletrônico para login no sistema https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Extrema, sito na Rua Melo Viana, 08 – 2º Andar – Centro, Extrema- MG, através do e-mail afixextrema@fazenda.mg.gov.br; dfixextrema@fazenda.mg.gov.br.

e-PTA nº. 01.004184046-21

- ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA

- CNPJ.: 13.348.127/0001-48

- I.E.: Não Inscrito

End.: R. Armelindo Fabian, nº 395 – Bairro Agrícola - CEP: 99714-500 – Erechim – RS.

Extrema, 04 de fevereiro de 2026.

Davi de Moraes Junior

Delegado Fiscal em Exercício

SRF-II/VARGINHA-AF-2ºN/POÇOS DE CALDAS  
INTIMAÇÃO – TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos que, nos termos do art. 55, §2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, com redação dada pelo art. 5º e vigência estabelecida no art. 18, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 25.378, de 23 de julho de 2025, o lançamento concernente ao PTA abaixo relacionado foi alterado pela Delegacia Fiscal de Poços de Caldas, para ajustar o valor da multa isolada ao novo limite de 50% do valor do imposto incidente na operação ou prestação, em decorrência da retroatividade dos efeitos de “lei mais benéfica”, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c” do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). As modificações resultaram em uma redução no valor total da multa isolada lançada, relativo ao exercício 2015. Os documentos que demonstram as modificações realizadas no lançamento foram incluídos no PTA, por meio dos Anexos: 1 – Termo de Extinção Parcial do Crédito Tributário, 2 – Planilha do Demonstrativo do Crédito Tributário, 3 – DCT (Demonstrativos do Crédito Tributário), 4 – Termo de Cientificação. Ressaltamos que esta cientificação não implica na reabertura de prazo para aditamento da impugnação ou pagamento, devendo o crédito tributário seguir seu curso normal de tramitação administrativa. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro – Poços de Caldas/MG – CEP 37.701-704 – Fone (35) 3066-6100

PTA 01.000865178.71

Sujeito Passivo: MINAS COFFEE- COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CAFE E CEREAIS LTDA – I.E. 001890439.00-28. End. Avenida Artur Bernardes, 842 – Centro – Machado/MG – CEP 37750-000

Poços de Caldas, 03 de fevereiro de 2026.

Paulo Henrique de Souza

Masp 309.074-3

Chefe da AF/2º Nível/Poços de Caldas

SRF-II/VARGINHA-AF/2ºN/POÇOS DE CALDAS  
INTIMAÇÃO – TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos que, nos termos do art. 55, §2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, com redação dada pelo art. 5º e vigência estabelecida no art. 18, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 25.378, de 23 de julho de 2025, o lançamento concernente ao PTA abaixo relacionado foi alterado pela Delegacia Fiscal de Varginha, para ajustar o valor da multa isolada ao novo limite de 50% do valor do imposto incidente na operação ou prestação, em decorrência da retroatividade dos efeitos de “lei mais benéfica”, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c”

do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). As modificações resultaram em uma redução no valor total da multa isolada lançada, relativo aos exercícios 2017 a 2018. Os documentos que demonstram as modificações realizadas no lançamento foram incluídos no PTA, por meio dos Anexos: 1 – Termo de Extinção Parcial do Crédito Tributário, 2 – Planilha do Demonstrativo do Crédito Tributário, 3 – DCT (Demonstrativos do Crédito Tributário), 4 – Termo de Cientificação. Ressaltamos que esta cientificação não implica na reabertura de prazo para aditamento da impugnação ou pagamento, devendo o crédito tributário seguir seu curso normal de tramitação administrativa. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro – Poços de Caldas/MG – CEP 37.701-704 – Fone (35) 3066-6100

PTA 01.002364600.20

Sujeito Passivo: LUIZ ANTONIO TAVARES – CPF 152.962.886/53. End. Rua Professor Ramos, 35 – Centro – Poço Fundo/MG – CEP 37.757-000

Coobrigado: GRAO SULDESTE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CAFE E CEREAIS LTDA – IE 001269146.00.61 – CNPJ 10.947.249/0001-62. End. Avenida Doutor Renato Azeredo, 508 – Centro – Machado/MG – CEP 37.750-000.

Coobrigado: GILMAR CARVALHO DOS SANTOS – CPF 438.865.906-15. End. Rua Professor José Vieira, 200 – Centro – Machado/MG – CEP 37.750-000.

Poços de Caldas, 03 de fevereiro de 2026.

Paulo Henrique de Souza

Masp 309.074-3

Chefe da AF/2º Nível/Poços de Caldas

SRF-II/VARGINHA-AF-2ºN/POÇOS DE CALDAS  
INTIMAÇÃO – TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos ao sujeito passivo que o crédito tributário relativo ao PTA abaixo indicado foi extinto pela Delegacia Fiscal de Varginha. Sendo assim, a teor das normas previstas na legislação vigente e em consonância com a documentação acostada aos autos, o processo será arquivado. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Assis Figueiredo, 639 – Centro – Poços de Caldas/MG – CEP 37.701-704 – Fone (35) 3066-6100

PTA 01.004186920.66

Sujeito Passivo: LUIZ ANTONIO TAVARES – CPF 152.962.886/53. End. Rua Professor Ramos, 35 – Centro – Poço Fundo/MG – CEP 37.757-000

Coobrigado: GRAO SULDESTE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CAFE E CEREAIS LTDA – IE 001269146.00.61 – CNPJ 10.947.249/0001-62. End. Avenida Doutor Renato Azeredo, 508 – Centro – Machado/MG – CEP 37.750-000.

Coobrigado: GILMAR CARVALHO DOS SANTOS – CPF 438.865.906-15. End. Rua Professor José Vieira, 200 – Centro – Machado/MG – CEP 37.750-000.

Poços de Caldas, 03 de fevereiro de 2026.

Paulo Henrique de Souza

Masp 309.074-3

Chefe da AF/2º Nível/Poços de Caldas

05 2176773 - 1

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Secretário: Rogério Greco

Expediente

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 149, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5001284-81.2022.8.13.0346, em que foi determinado ao Estado de Minas Gerais, proceder com a reanálise ao pedido de promoção por escolaridade da parte autora, desconsiderando as limitações temporais contidas no Decreto 44769/2008.

Resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 1309, de 01 de julho de 2024, publicada em 02 de julho de 2024; Resolução SEJUSP Nº 935, de 15 de julho de 2025, publicada em 16 de julho de 2025, que dispõem sobre progressão e promoção na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente ao servidor Wellington Fernandes Cruz -MASP: 1447335/9, tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5001284-81.2022.8.13.0346.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressões na carreira do servidor, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I

Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Policial Penal.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1447335/9	WELLINGTON FERNANDES CRUZ	PP	I	C	II	B	09/06/2022
1447335/9	WELLINGTON FERNANDES CRUZ	PP	II	C	III	B	09/06/2024

ANEXO II

Progressão na carreira de Policial Penal.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1447335/9	WELLINGTON FERNANDES CRUZ	PP	II	B	II	C	09/06/2023
1447335/9	WELLINGTON FERNANDES CRUZ	PP	III	B	III	C	09/06/2025

05 2176884 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº145 , DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 da Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5152224-20.2023.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação.

Resolve:

Art. 1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5152224-20.2023.8.13.0024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,04 de fevereiro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I

Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Socioeducativo.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1435956/6	PEDRO EMANUEL NERES	AGSE	II	C	III	B	22/05/2025

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias

Secretário: Pedro Bruno Barros de Souza

Expediente

Ato da Diretora da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, conforme competência delegada pelo art. 3º, da Resolução SEINFRA nº 15/2024, publicada em 26/04/2024.

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112 do ADCT, da CE/1989, aos servidores:

Willer Bartho Vieira, MASP: 1.047.154-8, Auxiliar de Administração de Estádio, Nível V, Grau L, referente ao 9º quinquênio, a partir de 26/01/2026.

Aurélio Dias Moreira, MASP: 340.164-3, Gestor de Transportes e Obras Públicas, Nível II, Grau B, referente ao 8º quinquênio, a partir de 08/01/2026.

Giselli Ataíde Starling

Superintendente de Planejamento Gestão e Finanças

05 2176658 - 1

Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais - ARTEMIG

Diretor-Geral: Breno Longobucco

DELIBERAÇÃO ARTEMIG Nº 15, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

A Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 25.235, de 8 de maio de 2025, fundamentada no documento Relatório e Voto 02/2026 - ARTEMIG/DREG (132572174), e no que consta no Processo SEI nº 1300.01.0007890/2023-98, DELIBERA por:

Art. 1º - RECOMENDAR ao Poder Concedente a celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2018, a fim de suspender o pagamento da outorga pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, em razão do reconhecimento de mérito e valor previsto na Cláusula Segunda, período durante o qual deverá ocorrer nova revisão extraordinária, nos termos da Cláusula Terceira, para análise quanto à incorporação dos investimentos no Contrato de Concessão SETOP 004/2018 e no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

Art. 2º - DETERMINAR à área competente que promova as competentes ações para encaminhar ao Poder Concedente proposta de aditamento contratual, devidamente instruída, bem como o acompanhamento regulatório da proposta até a sua eficácia.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, data da assinatura digital.

BRENO LONGOBUCCO

Diretor-Geral

ISABELA CRISTINA DINIZ BARUFFI

Diretora de Infraestrutura e Operação Rodoviária

CARLOS ROBERTO ALVISI JUNIOR

Diretor de Regulação

05 2176887 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade, sob o número 320260206404387239.